

# Em 2018: BM focado para a manutenção de uma inflação baixa e controlada



Após um balanço preliminar positivo em 2017, a política monetária do Banco de Moçambique, para o ano de 2018, estará orientada para a manutenção de uma inflação baixa e controlada, ao nível de um dígito, havendo espaço, ainda assim e na dimensão e velocidade da execução das reformas fiscais projectadas, para que a mesma seja suficientemente flexível e prudentemente descomprimada. Trata-se duma medida que irá contribuir para que o sector privado da economia seja o principal beneficiário dos poucos recursos financeiros que o nosso sistema possui, o que, a concretizar-se, reflectirá o esforço conjunto de todos nós a bem da retoma da nossa economia a breve trecho.



# Editorial



Dr. José Mussane  
Secretário Geral da AMB

## Uma recuperação económica lenta, mas cautelosa

No dia 27 de Novembro de 2017 foi lançada a Pesquisa sobre o Sector Bancário em Moçambique com referência o ano de 2016, onde apresentamos uma análise, em termos agregados, da actividade bancária desenvolvida pelas instituições financeiras que integram a Associação Moçambicana de Bancos (AMB).

Trata-se dum estudo económico que permite o conhecimento sobre a evolução dos principais indicadores da actividade bancária com enfoque na solidez, qualidade, rentabilidade e dimensão, assegurando a transparência, consistência e credibilidade da actuação do sector no mercado.

Constatámos com muita satisfação que em 2016, o sector bancário foi o que mais cresceu (26%), o que demonstra o seu indispensável contributo no processo de desenvolvimento socioeconómico do país

Tal como em 2016, neste ano prestes a findar, continuamos a colaborar com o Banco de Moçambique, enquanto entidade

de supervisão e regulamentação, na implementação de medidas que permitem conter a pressão inflacionária. Neste domínio, há que destacar a nossa contribuição para a Proposta de Revisão da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (Aprovada pela Lei nº 15/99, de 1 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9/2004, de 21 de Julho, anunciada pelo Governador do Banco de Moçambique no dia 18 de Dezembro, durante o Brinde do Final do ano de 2017. Pelo que, esperamos o envolvimento de todos membros Associados neste tão importante instrumento para a vida do nosso negócio.

Como resultado da colaboração entre o Banco de Moçambique, a Associação Moçambicana de Bancos e todas as instituições financeiras, que operam no mercado moçambicano, continuamos a presenciar um sistema bancário nacional mais sólido e preparado para responder de forma sustentável aos desafios da economia nacional a todo momento.

Apesar dos desafios que se impõem no presente e no futuro, apreciamos com satisfação o crescimento do sistema bancário, tanto em quantidade quanto em qualidade dos serviços prestados pelas instituições financeiras a operar no país, o que representa uma resposta inequívoca ao apelo do Governo sobre a inclusão financeira, que constitui um pilar estratégico das instituições bancárias.

Devemos continuar, fortemente, engajados na materialização das acções estratégicas que visam reforçar os níveis de literacia financeira das empresas e sociedade civil, contribuindo para o alcance das metas estabelecidas na Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (2016-2022), bem como para a estabilidade e crescimento económico.

O Secretariado endereça calorosas saudações à Direcção da AMB e felicita a preciosa colaboração dos membros Associados e deseja a todos funcionários do sector bancário e ao público em geral, Festas Felizes e Próspero Ano Novo.

# Governo e ONU têm perspectivas diferentes quanto ao crescimento económico de Moçambique

- **ONU: Moçambique vai crescer abaixo de 4% até 2020**
- **Governo: Moçambique vai crescer 5,3 % em 2018**

O crescimento económico de Moçambique continua baixo quando comparado com o dos últimos 15 anos e, embora autoridades governamentais emitam sinais de esperança para breve, as agências internacionais ainda são sépticas, se não mesmo pessimistas quanto a recuperação da economia nacional. Cada um aponta suas razões.

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera que o incumprimento financeiro e tensões políticas limitam o investimento em Moçambique, com o país a crescer abaixo de 4% até 2020.

Porém, o Governo de Moçambique projecta uma taxa de crescimento económico de 5.3% , em 2018 e acredita

## A projecção da ONU

O relatório mais recente e publicado a 11 de Dezembro, pelas Nações Unidas, sobre a Situação Mundial e Perspectivas Económicas (WESP) considera que o incumprimento financeiro e tensões políticas limitam o investimento em Moçambique, com o país a crescer abaixo de 4% até 2020, segundo comunicou a agência portuguesa LUSA.

Segundo a nossa fonte, "o investimento em Moçambique está a ser limitado pelo incumprimento financeiro, em janeiro, e pelo alto nível de dívida", lê-se no relatório divulgado hoje em Nova Iorque.

"O crescimento em Moçambique vai também ser travado pelas tensões políticas", acrescenta o documento, que antevê uma expansão económica de 4,1% este ano e uma diminuição para 3,8% e 3,9% em 2018 e 2019, respectivamente.

O relatório elaborado pelo departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e as cinco comissões regionais prevê uma redução da inflação, de quase 20% no ano passado para 7% este ano, 6% em 2018 e 6,5% no ano seguinte.

"A perspectiva de evolução para África permanece sujeita a vários riscos" internos e externos, nota o documento lançado no dia 11 de Dezembro de 2017, em Nova Iorque, nomeadamente na vertente financeira.

"Do ponto de vista externo, um aumento superior ao esperado nas taxas de juro globais ou um aumento nos juros dos títulos de dívida soberanos pode diminuir o acesso ao financiamento, que se tornou, nos últimos anos uma fonte cada vez mais importante para o investimento nacional, e coloca em perigo a sustentabilidade da dívida", lê-se no texto.

A descida dos 'ratings', das exportações ou uma inversão do crescimento dos

preços das matérias-primas são alguns dos factores que podem fazer diminuir o Investimento Directo Estrangeiro e as remessas dos emigrantes, o que pode ameaçar o fôlego da retoma, notam os analistas das Nações Unidas.

Internamente, concluem, os maiores riscos para os países africanos, que deverão crescer 3,5% e 3,7% nos próximos dois anos, estão na ausência de políticas de ajustamento aos preços mais baixos das matérias-primas.

Esta falta de políticas, notam, "pode por em causa a estabilidade macroeconómica e a tendência de crescimento em muitos países", que enfrentam também a possível escalada de violência por causa de ameaças à segurança, "especialmente na região do Sahel e na Somália, e instabilidade política em vésperas de eleições no Egipto, Nigéria e África do Sul".

O relatório das Nações Unidas defende, a nível global, que o crescimento de 3%, o mais alto desde 2011, deve fazer os decisores políticos apostarem em temas de longo prazo.

## O optimismo do Governo

O Governo de Moçambique através do Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, afirmou ao Parlamento, na mesma data de 11 de Dezembro, que Moçambique projecta uma taxa de crescimento económico de 5.3% em 2018.

"Este crescimento será sustentado, fundamentalmente, pelo desempenho dos sectores da agricultura, comércio, indústria extractiva e dos transportes e comunicações" explicou Carlos Agostinho do Rosário, sublinhando que "a dinâmica da nossa economia no próximo ano será ainda impulsionada favoravelmente pela melhoria dos preços dos principais produtos de exportação, nomeadamente,

o carvão, alumínio, gás natural e areias pesadas".

O Governo referiu, igualmente, que como resultado da melhoria dos preços no mercado internacional o Executivo moçambicano prevê que as exportações atinjam cerca de 4.122 milhões de dólares norte-americanos em 2018, sendo que "esta melhoria do sector exportador permitirá o País constituir Reservas Internacionais Líquidas de 2.202 milhões de dólares norte-americanos, valor suficiente para continuar a cobrir 6 meses de importação de bens e serviços não factoriais, excluindo os grandes projectos".

No capítulo das despesas do Estado para o próximo ano de 2018, cujas propostas estão viradas pra sectores prioritários como saúde, educação, água e saneamento, estão fixadas em cerca de 302.9 mil milhões de Meticais, que corresponde a 30.5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e conta com um défice de 80,1 mil milhões de Meticais o equivalente a 8,1 por cento do PIB e um decréscimo em 2,6 por cento quando comparado com o de presente ano de 2017.

O Governo acredita que 2018 será um ano de consolidação dos ganhos macroeconómicos alcançados até ao momento.

"Para o efeito, a consolidação destes ganhos macroeconómicos, em 2018, irá requerer um esforço contínuo assente em quatro dimensões, designadamente, o alcance da paz definitiva, o ajustamento da política fiscal, a diversificação da economia e a melhoria do ambiente de negócios", disse o Primeiro-Ministro, na sede do parlamento, em Maputo, durante a apresentação das Propostas do Plano Económico e Social (PES) e de Lei que aprova o Orçamento do Estado (OE) para o ano de 2018.

# Corpo técnico do FMI reconhece a eficácia das medidas de recuperação económica em Moçambique e deixa recomendações

Uma equipa do corpo técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI), chefiada por Michel Lazare, visitou Moçambique entre os dias 30 de Novembro e 13 de Dezembro para concluir as discussões no âmbito da Consulta ao Abrigo do Artigo IV.

Numa declaração final do chefe da Missão e tornada pública, a 14 de Dezembro de 2017, a equipa destaca que a consolidação fiscal é essencial para restaurar a estabilidade macroeconómica, simultaneamente, preservando a despesa fundamental de natureza social e em infra-estruturas. Dado o recente declínio da inflação, mais acentuado que o esperado, existe espaço para um relaxamento mais rápido das condições monetárias.

Acrescentou ainda que é importante tomar medidas decisivas para reestruturar as empresas públicas (EP) financeiramente frágeis, de modo a conter os riscos fiscais e para o sector financeiro.

Transcrevemos na íntegra a declaração do Corpo Técnico do FMI:

O crescimento de Moçambique continua a abrandar e as perspectivas continuam desafiadoras, exigindo um reequilíbrio urgente da combinação de políticas para assegurar uma estabilidade macroeconómica duradoura e reforçar as perspectivas de crescimento inclusivo.

A política monetária restritiva foi bem-sucedida na redução da inflação anual para cerca de 7 por cento em Novembro de 2017, e a taxa de câmbio estabilizou nos últimos 6 meses. A posição externa melhorou, permitindo ao Banco de Moçambique (BM) acumular reservas substanciais em divisas.

Espera-se, não obstante, que o crescimento venha a declinar para cerca de 3 por cento em 2017, comparativamente a 3,8 por cento em 2016.

Relativamente à política fiscal, embora o Governo tenha eliminado os subsídios aos combustíveis e ao trigo, espera-se que as pressões substanciais da despesa resultantes do serviço da dívida e dos salários, bem como a cobrança de receitas menor do que o previsto, resultem no défice fiscal global superior a 8 por cento do PIB.

As grandes necessidades de financiamento por parte do Tesouro, combinadas com uma política monetária restritiva para estabilizar a inflação, continuam a exercer pressão no sentido do aumento das taxas de juro de mercado, fazendo diminuir a disponibilidade de crédito para o sector privado – particularmente para as PME – afectando a actividade económica, o emprego, e as condições socioeconómicas.

Na frente fiscal, a missão aprovou os esforços envidados pelo Governo para reduzir o défice fiscal, em particular,



Michel Lazare, chefe da equipa do corpo técnico do FMI que visitou Moçambique entre 30 de Novembro e 14 de Dezembro de 2017

através de medidas relacionadas com a massa salarial e com a receita propostas para o orçamento de 2018. Contudo, na ausência de acções adicionais de política, as perspectivas para 2018 e para o médio prazo continuam desafiadoras, especialmente considerando o enfraquecimento continuado da cobrança de receita e a rigidez das pressões da despesa corrente.

A missão insta as autoridades a consolidarem adicionalmente a sua posição fiscal através da eliminação das isenções de IVA e de outros impostos para fomentar a mobilização de receitas adicionais, bem como a reduzirem a despesa corrente, simultaneamente protegendo as alocações para a despesa social e em infra-estruturas.

Na frente monetária, embora a política fiscal continue a colocar pressões sobre as taxas de juro de mercado, a missão encoraja o banco central a reconsiderar o ritmo dos cortes na taxa de referência,

considerando o grande e inesperado declínio da inflação.

A médio prazo, será necessário um esforço fiscal sustentado para baixar os défices e reduzir a acumulação adicional de dívida pública interna e externa, incluindo os atrasados a credores e fornecedores. Assim, para além da contenção do crescimento da despesa corrente, a missão incitou as autoridades a alinharem o programa de investimento público considerando a viabilidade dos projectos, as limitações da capacidade de absorção, e a sustentabilidade da dívida.

Progressos nas negociações com os credores, iniciadas pelas autoridades em Outubro de 2016 sobre a reestruturação da dívida, seriam uma contribuição essencial para restaurar a sustentabilidade da dívida.

À medida que é consolidada a política fiscal, a missão recomenda que as alterações adicionais à taxa de juro da política monetária ocorram em

consonância com a inflação esperada e com a evolução dos principais riscos. No que toca ao sector financeiro, a missão aprovou o forte compromisso do Banco Central de reforçar a supervisão bancária, aplicar as exigências prudenciais, e modernizar o quadro regulatório, de modo a assegurar a estabilidade do sector financeiro.

Na frente estrutural, a missão incita as autoridades a tomarem medidas decisivas para reforçar o ambiente de negócios e reestruturar as EP financeiramente frágeis, que colocam riscos significativos de natureza fiscal e ao sector financeiro.

A missão congratula as autoridades pela apresentação ao Parlamento da lei das

EP e pela aprovação de um decreto estabelecendo o quadro regulamentar para a emissão de dívida e de garantias públicas. Neste contexto, a missão encoraja as autoridades a prosseguirem o desenvolvimento do seu plano de acção para o reforço da governação, transparência e responsabilização.

Relativamente ao seguimento da auditoria às empresas Ematum, Proindicus e MAM, a missão reiterou a necessidade de preencher as lacunas de informação no relatório da auditoria e tomou nota da recomendação do Governo para esperar pelo resultado das investigações em curso pela Procuradoria-Geral da República.

A reunião do Conselho Executivo para

análise da Consulta ao Abrigo do Artigo IV de Moçambique está provisoriamente marcada para finais de Fevereiro de 2018”.

A equipa teve reuniões com S. Exas. os Senhores Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, Governador do Banco Central, Rogério Zandamela, bem com outros ministros sectoriais, deputados, representantes do Judiciário, altos-quadros governamentais, sector privado, sindicatos, e representantes da sociedade civil, bem como, com parceiros de desenvolvimento.

## Governo explica as medidas macroeconómicas e pede o apoio da banca comercial

**O Ministro da Economia e Finanças, Dr. Adriano Maleiane explicou, detalhadamente, algumas políticas macroeconómicas do Governo face actual crise económica e financeira e deixou pedidos ao sector financeiro privado.**

### **Dr. Adriano Maleiane, Ministro da Economia e Finanças**

O programa do Governo está mais concentrado no sector privado porque é só este sector que pode alavancar a economia nacional. E é por isso que a partir de 2015 adoptamos aquilo que chamamos consolidação fiscal.

#### **O que é consolidação fiscal?**

Consolidação fiscal significa encontrar caminhos para crescer na austeridade, isto é, as despesas devem ser eficazes para fazer muito com pouco dinheiro. E é isso que estamos a fazer como Governo. Estamos concentrados em quatro sectores, mas neste processo de consolidação fiscal estamos apostados em apenas três.

Primeiro, é o sector empresarial do Estado que deve ser motor, trazendo muita receita sem precisar de viver de subsídios. Este sector deve ajudar o Estado a resolver os problemas sociais do povo. Este é o primeiro pilar na nossa agenda da consolidação fiscal.

A seguir contamos com a participação do sector financeiro com o qual precisamos de encontrar formas para trazer as dívidas públicas para um nível sustentável. Pois, só com empresas sustentáveis como se mostram as instituições financeiras é que o Estado também pode ficar sustentável.

Depois temos um outro pilar que é de contenção das despesas. Mas, precisamos de fazer a contenção com muita responsabilidade porque o Estado é o maior comprador de bens e serviços



públicos e a sua contenção reflecte-se na economia. Para citar como exemplo, tínhamos uma relação de 43 por cento do PIB em 2014 nas despesas e agora temos uma projecção de 30,5 por cento em 2018 e com a possibilidade de descermos mais para 29,6 por cento em 2019.

É este esforço que o Governo está a fazer e sabemos que o bolo é o mesmo pelo que não podemos ir buscar mais dinheiro no sector privado para a contenção da dívida pública, porque o sector privado também precisa de dinheiro para crescer. Compreendemos que as vezes este esforço não tem sido bem compreendido e daí surge o alarmismo. Se olharmos estatisticamente, em 2015 e 2016 a dívida doméstica cresceu. E cresceu porquê? É exactamente por causa da consolidação fiscal. Demos dívida aos nossos contribuintes que não estava titulada e depois o fizemos na ordem de 8 biliões de

Meticais, neste caso o IVA.

Em 2016 reestruturamos a nossa dívida externa para torna-la sustentável e para isso tivemos que ir ao Banco Central para resolvermos esta situação o que deu um saldo aproximadamente de 30 biliões de Meticais.

Praticamente, neste ano de 2017, o Governo decidiu tirar o Banco Central nas operações de importações de combustíveis e como efeito tivemos crescimento de 12 biliões de Meticais. Expurgando isto, a dívida doméstica de 2015 para 2016 caiu substancialmente de 69 para 49 biliões de Meticais e por causa do sistema de energia, em 2017 subiu para 59 biliões de Meticais contra o número que aparece 87 e 100.5 biliões. Expurgando esta dívida, em minha opinião, não há nada de pressão sobre as despesas porque é apenas contabilística e pode-se considerar que a dívida pública está num nível razoável e uma das condições que justifica esta posição, por exemplo, o Governo não vai ao Banco Central para pagar salários e nem há esta intensão.

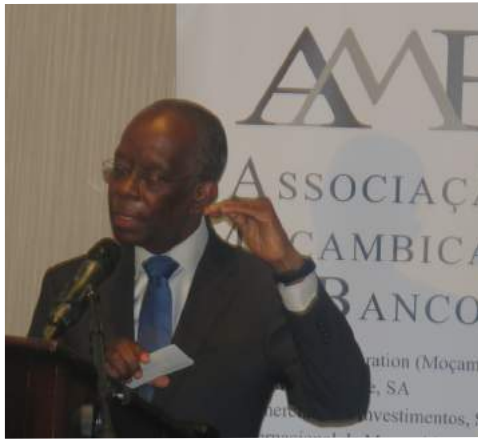
Nos últimos anos as receitas correntes são sempre superiores às despesas correntes e em média temos superado em 30 biliões de Meticais e o problema é que deste valor temos que financiar 80 milhões de investimentos e trinta milhões de serviço da dívida externa e é por isso que o défice é grande. Mas, todo este défice está sendo financiado sem recurso ao financiamento externo. Também não estamos a ir ao Banco Central, mas sim, se olhar nas

**“Precisamos de encontrar formas para trazer as dívidas públicas para um nível sustentável”. Dr Adriano Maleiane, Ministro da Economia e Finanças**

obrigações de tesouro que é a nossa aposta.

Estamos a sair em 2016 de 21 para cerca de 20 biliões de Meticais em 2017. Primeiro, porque o mercado não está tão líquido. Participamos nos projectos em que temos financiamento externo porque não são financiados em cem por cento variando entre 10 e 20 por cento e é esse dinheiro que vamos buscar nas obrigações de tesouro para completar também nos investimentos e não no consumo.

E mesmo o bilhete de tesouro que aparentemente aparece, para o Governo o bilhete de tesouro é para financiar o défice de tesouraria porque temos acordo com o Banco de Moçambique para a emissão de um instrumento único que é o bilhete de tesouro que serve para a política monetária e para financiar défice de tesouraria. O que está estipulado é que todo o saldo do bilhete de tesouro no período complementar que é o mês de Março, deve saldar e se não saldar essa dívida é transformada em obrigações de tesouro de médio e longo prazo porque deixou de ser défice de



tesouraria para défice ao orçamento.

**Pedidos do Governo à Banca Comercial**

Aos bancos comerciais, na sua qualidade de parceiros do Governo bem-sucedidos, como os números indicam, o que é bom, ajudam a reduzir o risco fiscal nessa condição. Esperamos dos bancos que continuem com uma postura de gestão profissional.

O pedido do Governo à banca comercial é que continue a financiar ao sector privado porque o entendimento comum e que eu também sou testemunho, é preciso trabalhar muito para a transparência na fixação da taxa de juros. Ao que parece é que a fixação da taxa de juro não tem uma

ação entre *tsource of founding* e o risco. Por isso desafio:

Primeiro, apresentem um indexante de 90, 91, 180, 360 dias por exemplo, para podermos estar esclarecidos.

Depois tem uma coisa nova e boa que vocês aprovaram que é o prémio do custo (*prime rate*). É preciso esclarecer a sociedade como as taxas são fixadas para não se pensar que o Banco Central é que está a fixar as taxas de juro no âmbito do acordo. Porque se não houver esclarecimento, vão notar que o que está acontecer nos últimos tempos, a taxa de crédito malparado é crescente porque estamos a sair duma média de taxa que era 18 para 29 até 30 por cento de juros. Não é possível desenvolver pequenas e médias empresas nestas condições e nisto, o meu pedido é que temos que encontrar alternativas que a banca é muito capaz de criar instrumentos alternativos para assegurar os clientes. Isto vai evitar a queda de capitais que nos levaria a uma situação mais difícil.

Trata-se de fazer uma espécie de balanço sobre o que se pretende fazer, que é clientes com crédito bom. Se houver uma mudança drástica, então temos que trabalhar para fazer aquilo que se chama *cut and break*, (pausa) para parar e decidir daqui como seguir em frente como aconteceu na taxa de câmbio que saímos de 30,00 Meticais um dólar americano em 2015 para 60,00 Meticais em 2016 e agora com a possibilidade de irmos para 80,00 Meticais um dólar. Então temos que saber encontrar as melhores formas para não ficarmos presos.

A Transparência na fixação das taxas é o que eu peço para as pessoas saberem que é possível ter a taxa única.

O segundo pedido é que temos grandes investidores que vêm para Moçambique e gostaria que todos eles estivessem a operar com os nossos bancos e temos que saber o que eles querem para podermos oferecer estes serviços. Mobilizem mais recursos.

**Promessa do Governo**

O Governo vai continuar com a gestão da política fiscal de maneira que não prejudique a estabilidade económica desejada para permitir que as taxas de juros caiam.

Continuaremos ainda com uma gestão de política de endividamento mais prudente e que não sufoque o sector privado,

Continuaremos também com políticas de dinamização de capitais e vamos discutir com o Banco Central para vermos se pode-se retirar a responsabilidade de gestão do bilhete de tesouro a ele e reforçar o papel da Bolsa de Valores.



# Banco de Moçambique preocupado com o crédito malparado no sector bancário comercial

No discurso proferido pelo Administrador do Banco de Moçambique (BM), Dr. Alberto Bila na cerimónia de lançamento da Pesquisa do Sector Bancário 2017, o Banco de Moçambique (BM) reconhece que a banca comercial cresceu em 2016 e contribuiu assinalavelmente para o desenvolvimento socioeconómico do país num ambiente agravado do risco de crédito da carteira.

AMBNL apresenta na íntegra alocução do BM donde destacamos o seguinte:

**“Como autoridade de supervisão, registamos, com alguma preocupação, o facto de a informação mais recente ... continuar a mostrar sinais de agravamento, facto que é demonstrativo do forte impacto que a desaceleração da economia está a ter sobre a capacidade dos agentes económicos gerarem receitas na magnitude adequada para cumprirem com os seus compromissos junto da banca”.**

“É com renovada satisfação que, em nome de Sua Excelência o Governador do Banco de Moçambique, Dr. Rogério Lucas Zandamela, que aqui represento, e em meu nome, saúdo todos os presentes nesta cerimónia de lançamento da “Pesquisa sobre o Sector Bancário” reportada ao exercício económico de 2016, ao mesmo tempo que endereço os agradecimentos do Banco de Moçambique à Associação Moçambicana de Bancos e à KPMG pelo convite para tomar parte e usar da palavra neste evento.

Nesta oportunidade, felicito a KPMG e a Associação Moçambicana de Bancos por, mais uma vez, levarem ao conhecimento dos interessados e do público em geral o resultado da “Pesquisa sobre o Sector Bancário”, um instrumento valioso que resume os principais indicadores de solidez, rentabilidade e qualidade do sector bancário nacional, numa prática que já constitui uma marca no mercado moçambicano.

A presente edição da pesquisa reporta ao ano de 2016, um ano com características atípicas do ponto de vista de desempenho da economia moçambicana, no qual houve um agravamento das adversidades já latentes em 2015. Assim, em 2016 o Produto Interno Bruto cresceu em 3,8%, nível bem abaixo da média histórica deste indicador, enquanto o Metical passou por momentos de elevada turbulência, tendo atingido níveis de depreciação de cerca de 51%, o que contribuiu para que a inflação atingisse 25,3% no final do ano. Os níveis de reservas externas do país baixaram acentuadamente, como resultado de vários factores, com destaque para a suspensão do apoio directo ao orçamento do Estado por parte dos habituais parceiros de cooperação internacional.

Apesar destes desequilíbrios da nossa



Dr. Alberto Bila, Administrador do Banco de Moçambique

economia, aprez-me mencionar que o sector bancário nacional continuou a apresentar-se sólido em 2016. Gostaria, nesta oportunidade, de destacar alguns indicadores que constam da presente edição da “Pesquisa do Sector Bancário”:

- (i) O sector bancário cresceu 26%, o que demonstra o seu contributo assinalável para o desenvolvimento socioeconómico do país, sendo um dos sectores com maior nível de crescimento na economia moçambicana;
- (ii) O rácio de solvabilidade ascendeu a 18%, situando-se um ponto percentual acima do registado em 2015, e, igualmente, acima do limite mínimo regulamentar exigido pela entidade reguladora e definido nos moldes de Basileia II;
- (iii) Os indicadores do sistema com maior relevância, tais como os

activos totais, o crédito, os depósitos e os resultados líquidos, registaram um crescimento mais lento, como reflexo da fraca dinâmica da actividade económica; e

- (iv) O rácio de crédito em incumprimento passou de 4% em 2015 para 6% em 2016, verificando-se um agravamento do risco de crédito da carteira dos bancos.

Como autoridade de supervisão, registamos, com alguma preocupação, o facto de a informação mais recente deste último indicador continuar a mostrar sinais de agravamento, facto que é demonstrativo do forte impacto que a desaceleração da economia está a ter sobre a capacidade de os agentes económicos gerarem receitas na magnitude adequada para cumprirem com os seus compromissos junto da banca.

Minhas Senhoras,  
Meus Senhores,

Durante o ano de 2016, o Banco Central, em posse de informações que davam sinais de que a estabilidade do sistema poderia estar em risco, acionou os instrumentos legais vigentes, intervindo em duas instituições financeiras, concretamente o Moza Banco, SA e o Nosso Banco, SA, tendo, no último caso, optado pela medida extrema de revogação de licença do exercício de actividade bancária, com o objectivo de garantir a referida estabilidade do sistema financeiro e proteger os depositantes de possíveis perdas financeiras.

Apraz-me mencionar que, ademais, o Banco de Moçambique levou a cabo acções tendentes a fortalecer o quadro regulamentar em vigor, visando garantir uma maior robustez do sistema financeiro e elevar o nível de transparência do mesmo. Neste sentido, foram publicados no presente ano vários instrumentos legais, dos quais gostaria de destacar os que estipulam os princípios seguintes: (i) o aumento do capital social dos bancos para 1.700.000 milhares de meticais, de forma gradual, até 2020; (ii) o estabelecimento de novos requisitos para determinação dos fundos próprios regulamentares; (iii) a alteração do quadro dos rácios e limites prudenciais, com destaque para a elevação do rácio de solvabilidade dos bancos para um mínimo de 12%; (iv) a introdução do rácio de liquidez; (v) os requisitos mínimos de divulgação de informações, visando promover e conferir maior amplitude à divulgação de informações sobre solvabilidade e liquidez.

No ano em referência, tal como no anterior, os exercícios de testes de esforço de solvência que o Banco de Moçambique realizou indicaram que a concentração do risco de crédito continua sendo a maior fragilidade do sistema em caso de incumprimento dos maiores mutuários. Adicionalmente, os resultados mostraram que o rácio de solvabilidade do sistema bancário se apresenta mais resiliente a variações da posição cambial e à depreciação do Metical face às principais moedas.

A nível da liquidez, os resultados indicaram que o sistema possui activos líquidos suficientes para fazer face ao cenário de *stress* tendo em conta as premissas da simulação, observando, contudo, vulnerabilidade em termos de *funding*, pelo facto de as fontes de recursos se encontrarem concentradas nos grandes depositantes.

Distintos convidados,  
Minhas Senhoras,  
Meus Senhores,

Tal como mencionámos na edição do ano transacto, as perspectivas económicas de médio e longo prazo continuam positivas, estando ancoradas na rápida resolução do apoio dos doadores, na implementação dos projectos ligados à área de recursos minerais e em melhorias visíveis no sector da agricultura.

Como Banco Central, continuaremos a apoiar o Governo para garantir que a estabilidade macroeconómica seja assegurada e o país possa voltar aos níveis de crescimento já atingidos anteriormente. Manter-nos-emos firmes em relação ao nosso papel de supervisores do sistema financeiro, visando contribuir para que o sistema se

mantenha forte e saudável.

A contribuição do sistema bancário para a nossa economia deverá acontecer através da adopção permanente de boas práticas no mercado, análise criteriosa dos créditos concedidos, maior inclusão dos seus clientes, difusão e uso das tecnologias de informação, e prática de taxas de juro que permitam que os clientes possam viabilizar os seus projectos de investimento. Continuamos a acreditar que a banca irá cumprir cabalmente o papel-chave que lhe está reservado no processo de retoma do crescimento nacional, bem como de recuperação da confiança dos investidores.

Destaco, com muita satisfação, nesta edição da pesquisa, o acordo celebrado em Junho do presente ano entre o Banco de Moçambique, a Associação Moçambicana de Bancos e todas as instituições financeiras que operam no mercado moçambicano, com vista ao estabelecimento do indexante único, que serve de base de cálculo da *prime rate* do sistema financeiro, tendo por objectivo conferir maior transparência na formação de taxas de juro, tornar o mercado menos assimétrico, estimular a concorrência entre as instituições de crédito, bem como flexibilizar o mecanismo de transmissão monetária. Termino a minha intervenção agradecendo a atenção que me dispensaram e reiterando os meus parabéns à KPMG e à Associação Moçambicana de Bancos pelo trabalho que hoje nos apresentaram.

## Face aos choques financeiros em 2016: O sistema bancário nacional manteve-se robusto e resiliente



O Presidente da Direcção da Associação Moçambicana de Bancos (AMB), Dr. Teotónio Comiche disse que não obstante os desafios regulatórios e económicos enfrentados, o sistema bancário nacional manteve-se financeiramente robusto e resiliente a choques sistémicos observados, em 2016.

O Dr. Comiche fez este pronunciamento com base nos resultados do Estudo Sobre o Sector Bancário 2016 que foi apresentado no dia 27 de Novembro de 2017, na Cidade de Maputo. No estudo constata-se uma boa performance e solidez dos bancos quando comparado ao ano anterior, tendo os principais rácios agregados situados em,



Solvabilidade em 18% em 2016 contra 17% de 2015, acima do limite regulamentar exigido e Rácio de transformação foi de 82% em 2016 contra 80% em 2015, reflectindo uma posição satisfatória de liquidez.

No referido estudo, apresenta-se a situação financeira dos Bancos Comerciais em 2016, um ano que foi caracterizado por uma evolução da economia nacional muito atípica, que afectou sobremaneira o desempenho do PIB. Tal resultou de factores internos e externos, nomeadamente (i) a volatilidade dos preços das *commodities*, (ii) desaceleração do investimento estrangeiro, (iii) instabilidade política; (IV) quebra da produção agrícola; (V) suspensão dos desembolsos externos para apoio ao Orçamento do Estado; (VI) revisão em baixa do *rating* soberano (VII) queda de reservas internacionais líquidas; e (VIII) elevada pressão inflacionária e cambial.

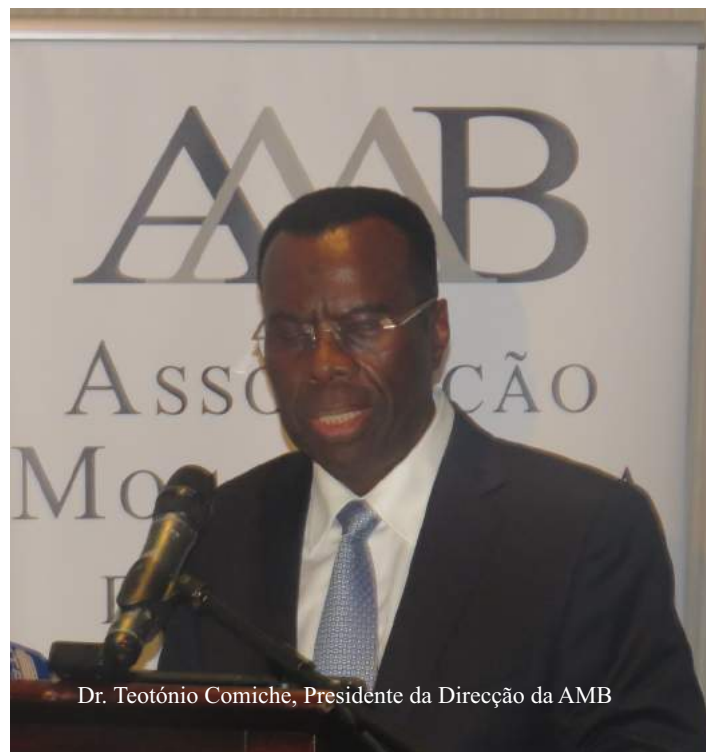
Esta situação levou o Banco de Moçambique a tomar medidas de ajustamento de Política Monetária. O sistema financeiro ressentiu-se dos desequilíbrios macroeconómicos e vários desafios foram colocados à prova aos bancos comerciais, sendo de destacar as intervenções regulatórias do Banco Central em duas instituições financeiras (Moza Banco e Nosso Banco). Estas intervenções visavam assegurar a protecção dos interesses dos depositantes, mitigar o risco sistémico bancário, bem como reforçar a confiança dos agentes económicos pois, a confiança do sistema bancário não depende somente da performance dos Bancos mas, sobretudo, da estabilidade macroeconómica.

Desde finais de 2016, do ponto de vista regulatório e política monetária, com finalidade de restabelecer o equilíbrio macroeconómico e fortalecer a solidez e resiliência das instituições bancárias, bem assim, reforçar a transparência e reduzir as assimetrias de informações nos mercados financeiros, várias medidas foram adoptadas. Dentre elas, destacam-se a elevação dos rácios prudenciais, a introdução do capital social mínimo, a introdução do rácio liquidez e a introdução da *Prime Rate* do Sistema Financeiro.

A semelhança dos estudos anteriores, a pesquisa analisou, de forma agregada, a informação sobre a evolução dos principais indicadores da actividade bancária com enfoque na solidez, dimensão e rentabilidade.

O objectivo central do Estudo foi de partilhar dados relevantes do sector bancário com o mercado ou com os *stakeholders*.

Operam, no sistema bancário nacional, 19 Bancos com uma rede de agências bancárias que evoluiu de 616, em 2015, para 637 em 2016; parque de ATM's



Dr. Teotónio Comichê, Presidente da Direcção da AMB

que passou de 1.556 para 1.724, bem como uma rede de cerca de 350 Agentes Bancários. Este facto é indicativo do contributo do sector na promoção da bancarização da economia e inclusão financeira.

A pesquisa foi efectuada pela KPMG em parceria com a AMB e o seu lançamento foi testemunhado pelo Ministro da Economia e Finanças, Dr. Adriano Maleiane, Administrador do Banco de Moçambique, Dr. Alberto Bila, representante do FMI em Moçambique, representantes dos Associados da AMB entre outros representantes das instituições financeiras moçambicanas.

## Associados da AMB capacitam-se em normas contabilísticas internacionais



Cerca de 40 profissionais, em representação dos 19 bancos comerciais representantes dos Associados da Associação Moçambicana de Bancos (AMB) participaram, no dia 29 de Novembro do ano em curso, numa formação que proporcionou aos beneficiários oportunidade de reforçar os conhecimentos relativos às normas internacionais de Relato Financeiro 9 (IFRS9).

Durante a formação, os participantes desenvolveram, ainda competências na contabilização de instrumentos financeiros e derivativos em conformidade com a nova norma IFRS9 e de identificar os impactos das novas regras da IFRS 9 nas Demonstrações Financeiras das Instituições Financeiras e nos modelos de imparidade. A formação que englobou três módulos, nomeadamente, i) classificação e mensuração de instrumentos financeiros de acordo com o IFRS 9, ii) modelo de perdas esperadas de crédito (ECL) e iii) governo interno para implementação do IFRS 9, foi organizada pela AMB em parceria com a firma PWC uma multinacional e que opera em Moçambique desde 1993 nas áreas da Auditoria, Tax and Legal, Advisory e Contabilidade.

A componente de formação para os profissionais que operam no sector bancário e noutros afins, constitui um dos objectivos estatutários da AMB.

## Em 2018: Banco de Moçambique focado para a manutenção de uma inflação baixa e controlada

A política monetária do Banco de Moçambique, para o ano de 2018, estará orientada para a manutenção de uma inflação baixa e controlada, ao nível de um dígito, havendo espaço, ainda assim e na dimensão e velocidade da execução das reformas fiscais projectadas, para que a mesma seja suficientemente flexível e prudentemente descomprimida. Trata-se duma medida que irá contribuir para que o sector privado da economia seja o principal beneficiário dos poucos recursos financeiros que o nosso sistema possui, o que, a concretizar-se, reflectirá o esforço conjunto de todos nós a bem da retoma da nossa economia a breve trecho.

Este anúncio foi feito pelo Governado do BM, Dr. Rogério Zandamele, no dia 18 de Dezembro, do ano em curso, durante o brinde oferecido por ocasião do fim do ano de 2017.

Segundo Dr. Zandamele, ao nível do sector financeiro, será reforçada a vigilância macroprudencial, para permitir a monitoria dos riscos potenciais que possam afectá-lo, bem assim, a microprudencial, para que todas as instituições observem as boas práticas internacionais e cumpram rigorosamente com as devidas recomendações do BM e normas, no âmbito da supervisão *onsite* e *offsite* com base nos princípios de Basileia II e no risco, visando evitar a degradação da saúde financeira das instituições.

Ainda no âmbito dos esforços de manutenção da estabilidade financeira, anunciou que o BM vai introduzir reformas regulatórias visando mitigar o risco decorrente da crescente exposição das instituições financeiras moçambicanas às operações com o exterior. Estas medidas prudenciais estão alinhadas com o preconizado pelo Comité de Basileia para o reforço da supervisão no domínio da actividade transfronteiriça das instituições, dado o seu potencial para transmitir choques externos aos sistemas financeiros dos países envolvidos.

O Banco Central irá submeter ao Governo uma proposta de revisão da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, mais ajustada a um regime de resolução bancária adequado para o caso moçambicano e seguindo as boas práticas internacionais, o que irá flexibilizar a sua actuação em caso de necessidade de intervenção para correcção de situações de instabilidade das instituições de crédito. Contudo, o alcance destes objectivos exige a contribuição de todos, nomeadamente, o sistema financeiro, as empresas e o governo, para que seja possível vencer os riscos que se vislumbram no horizonte de curto a médio prazos, tanto de conjuntura doméstica como de conjuntura internacional, os quais, se não acautelados, podem colocar em risco toda a estabilidade alcançada.

No entendimento do BM, os principais desafios para a materialização dos



objectivos já anunciados incluem a manutenção de uma paz duradoura, a continuação dos esforços de consolidação fiscal já iniciados com o recente pacote de racionalização de despesas, a não ocorrência de choques climáticos e a estabilidade dos preços das mercadorias no mercado internacional.

Referindo-se ao ano de 2017, prestes a findar, o Governador do Banco de Moçambique disse foi um ano de retorno gradual à normalidade dos indicadores económicos e financeiros, que se haviam degradado substancialmente no ano anterior. Estas melhorias são, em grande parte, o reflexo das medidas vigorosas que o BM tomou visando repor a estabilidade macroeconómica, que contaram também com o concurso de medidas e reformas importantes encetadas pelo Governo, no quadro de políticas públicas orientadas à estabilização da economia nacional.

Desta forma, disse Dr. Zandamele que a

inflação anual, medida pela evolução do índice geral de preços de Moçambique, desacelerou significativamente do pico de 27%, observado em Novembro de 2016, para 7,15% em igual mês de 2017, traduzindo o efeito da política monetária restritiva sobre a procura agregada, sem descurar as medidas de consolidação fiscal implementadas pelo Governo em matéria de subsídios diversos aos preços, num contexto em que a produção interna de frutas e vegetais incrementou.

Ao longo de 2017, a taxa de câmbio do Metical face às principais moedas internacionais transaccionadas no mercado cambial moçambicano, apresentou-se bastante estável, estando o Metical a registar uma recuperação assinalável, a exemplo da cotação contra o Dólar dos Estados Unidos da América, que baixou de quase 80,00 meticais em Setembro de 2016

para cerca de 60,00 meticais por dólar dos Estados Unidos da América, actualmente.

A introdução da taxa de câmbio de referência e do princípio de unicidade de taxa de câmbio favoreceu o desiderato de estabilidade cambial, para além de ter reforçado a transparência e a competitividade no mercado. As reservas internacionais incrementaram substancialmente no ano em revista,

mercê da melhoria das exportações moçambicanas e da confiança dos agentes económicos.

A estes factores, acrescentou mencionando a entrada recente de mais-valias a favor do Estado no valor de 352 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, elevando o saldo das reservas brutas para pouco mais três biliões de dólares até a presente data, estando o nível de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais próximo de

7 meses, quando em Dezembro de 2016 este indicador se situava ligeiramente abaixo de 3 meses.

A cerimónia do brinde de fim do ano teve lugar nas novas instalações da sede do BM e contou com a presença de antigos governadores do BM, representantes de instituições do Estado e do sector bancário comercial, parceiros de cooperação, entre outros convidados.

Para baixar: [www.amb.co.mz/Estudos](http://www.amb.co.mz/Estudos) e Publicações, Pesquisa do sector Bancário



<p><i>Festas Felizes &amp; Próspero 2018</i></p> <p>AMB ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA DE BANCOS</p>	<p><b>BancABC</b></p> <p><a href="http://www.bancabc.co.mz">www.bancabc.co.mz</a></p>	<p><b>BANCO MAIS</b> BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS</p> <p><b>Banco Mais</b></p> <p><a href="http://www.bancomais.co.mz">www.bancomais.co.mz</a></p>	<p><b>BARCLAYS</b></p> <p><b>Barclays Bank Moçambique, SA</b></p> <p><a href="http://www.barclays.co.mz">www.barclays.co.mz</a></p>
<p><b>BAYPORT</b> FINANCIAL SERVICES</p> <p><a href="http://www.bayportfinance.com">www.bayportfinance.com</a></p>	<p><b>BCI</b> É daqui.</p> <p><b>Banco Comercial e de Investimentos, SA</b></p> <p><a href="http://www.bci.co.mz">www.bci.co.mz</a></p>	<p><b>BiG</b> BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL</p> <p><a href="http://www.BIG.Co.mz">www.BIG.Co.mz</a></p>	<p><b>BTM</b> Juntos crescemos</p> <p><b>Banco Terra, SA</b></p> <p><a href="http://www.bancoterra.co.mz">www.bancoterra.co.mz</a></p>
<p><b>BNI</b></p> <p><b>Banco Nacional de Investimento, SA</b></p> <p><a href="http://www.bni.co.mz">www.bni.co.mz</a></p>	<p><b>Ecobank</b> The Pan African Bank</p> <p><b>Ecobank, SA</b></p> <p><a href="http://www.ecobank.com">www.ecobank.com</a></p>	<p><b>gapi</b></p> <p><a href="http://www.gapi.co.mz">www.gapi.co.mz</a></p>	<p><b>capitalbank</b></p> <p><b>Capital Bank, SA</b></p> <p><a href="http://www.capitalbank.co.mz">www.capitalbank.co.mz</a></p>
<p><b>FNB</b> Moçambique</p> <p><b>FNB Moçambique, SA</b></p> <p><a href="http://www.fnb.co.mz">www.fnb.co.mz</a></p>	<p><b>Millennium</b> bim</p> <p><b>Banco Internacional de Moçambique, SA</b></p> <p><a href="http://www.millenniumbim.co.mz">www.millenniumbim.co.mz</a></p>	<p><b>MOZA</b></p> <p><b>Moza Banco, SA</b></p> <p><a href="http://www.mozabanco.co.mz">www.mozabanco.co.mz</a></p>	<p><b>Standard Bank</b></p> <p><b>Standard Bank, SA</b></p> <p><a href="http://www.standardbank.co.mz">www.standardbank.co.mz</a></p>
<p><b>SOCIETE GENERALE MOÇAMBIQUE</b></p> <p><b>SOCIETE GENERALE MOÇAMBIQUE</b></p> <p><a href="http://www.societegenerale.co.mz">www.societegenerale.co.mz</a></p>	<p><b>Socremo</b> Um Banco para Todos</p> <p><a href="http://www.socremo.com">www.socremo.com</a></p>	<p><b>UBA</b> United Bank for Africa</p> <p><a href="http://www.ubagroup.com">www.ubagroup.com</a></p>	<p><b>UNICO</b> Ser único muda tudo</p> <p><a href="http://www.bancounico.co.mz">www.bancounico.co.mz</a></p>

## Ficha técnica

### AMBNewsLetter:

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; Dispensa de Registo Nº.03/GABINFO-DEC/2015; Edição nº 13, Dezembro de 2017; **Coordenador Editorial:** José Mussane (Secretário Geral da AMB); **Redacção, Fotografias e Maquetização:** Benjamim M. Chabualo (Assessor de Comunicação e Imagem da AMB); **Revisão:** Anastácia Rosária; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:** Gratuita.

Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330.

E-mail: [ambancos@teledata.mz](mailto:ambancos@teledata.mz) [www.amb.co.mz](http://www.amb.co.mz)

Maputo - Moçambique